



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Experiências em Educação do Campo: perspectivas e práticas pedagógicas
Sinop, v. 7, n. 3 (20. ed.), p. 1348-1362, ago./dez. 2016

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

EDUCAÇÃO INCLUSIVA ENTRE O IDEAL E O REAL: Estudo de Caso em uma escola da Rede Municipal de Sinop¹

Tuane Lima Machado

Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop/MT - Brasil

RESUMO

O presente artigo mostra um estudo de caso realizado em uma instituição de ensino fundamental regular. O estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em uma escola da rede municipal de Sinop. Os sujeitos desta pesquisa foram três professoras da sala regular, uma coordenadora e uma professora da sala de recursos. Conclui-se que para uma escola ser inclusiva ela precisa de profissionais que estejam abertos a mudanças e formações que propiciem uma reflexão crítica, mas principalmente visem todos aqueles que estão marcados pela exclusão e fracasso escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Ensino regular.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em inclusão se pensa na inserção do sujeito como membro do contexto social, no pleno gozo de seus direitos, no exercício de sua cidadania. Quando nos referimos à inclusão escolar consideramos a criança não apenas fisicamente inserido no espaço escolar, mas como integrante das relações sociais e

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **EDUCAÇÃO INCLUSIVA ENTRE O IDEAL E O REAL: Estudo de Caso em uma escola da Rede Municipal de Sinop**, sob a orientação da Professora Ma Ademilde Aparecida Gabriel Kato, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop, 2016/1.

das práticas pedagógicas que resultam na participação e aprendizagem, se beneficiando das oportunidades para o desenvolvimento de seu potencial, independentemente de suas limitações ou restrições por condição intelectual ou física.

Numa outra perspectiva é o chamamento da escola, a reconhecer, valorizar as diferenças e transformar a escola seletiva, excludente em escola acolhedora e responsável por identificar as necessidades educacionais e buscar alternativas para atendê-las. Mittler (2003, p.16) ressalta que “a inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas as necessidades de todas as crianças”.

É de suma importância estudar a educação inclusiva e analisar como vem ocorrendo este processo que ainda é novo e um dos maiores desafios vividos pela escola, pelos seus professores e também pais. Isso possibilita a partir de seus problemas e dificuldades detectadas buscarmos fundamentos e nos prepararmos para esta realidade educacional. Considerando o valoroso papel do professor para promover a inclusão no espaço escolar, para formação de nossas mentalidades e construção de uma sociedade menos discriminatória e mais inclusiva.

Temos como indagação orientadora o ideal da política de educação inclusiva e a realidade do processo de inclusão no cotidiano e o fazer pedagógico de uma escola da rede municipal de Sinop. Optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa em uma escola municipal com significativo número de alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades, com objetivo principal de analisar o processo de inclusão dessas crianças, tendo como participantes professores da sala regular com crianças da educação especial inseridos, professora da sala de recurso e a coordenação da escola.

2 ESPECIFICAÇÕES METODOLÓGICAS

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa. Desta forma busquei conhecer a realidade do processo de inclusão de alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e alta habilidades/superdotação em uma escola da Rede de Educação Municipal de Sino/MT. Para isso fez-se necessário conhecer as políticas e as ações desenvolvidas no âmbito da escola campo.

A pesquisa teve início no primeiro semestre do ano de 2016, no período vespertino, a coleta de dados se deu através de entrevistas com perguntas semiestruturadas e observação direta do contexto escolar.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Essa escola pertence à rede municipal de ensino, trabalha com crianças de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental nos períodos matutino e vespertino, atende também alunos do primeiro segmento da EJA (Educação de Jovens e Adultos), no noturno. Oferece serviços de Educação Especial a alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades, para complementar o trabalho da sala de aula comum e satisfazer as especificidades de cada problemática.

É considerada escola polo, pois também atende alunos de outras escolas que necessitam de sala de recursos especialmente alunos com deficiência auditiva, a escola conta com um público de 442 alunos, sendo atendidos na sala do AEE 24 alunos, sendo em torno de 12 alunos que pertencem a essa unidade escolar.

4 HISTÓRICO DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

O processo histórico da inclusão social das pessoas com deficiência passou por várias fases. A história registra diferentes concepções e comportamentos no trato para com estas caracterizadas pela exclusão, e pela busca efetiva de inclusão social, a começar pela educação houve uma longa caminhada política, social e educacional que já dura mais de vinte anos.

De acordo com Mazzota (2011, p.16) por muito tempo as pessoas com deficiência foram excluídas, especialmente as crianças que nasciam com deficiência eram vistas como um ser diferente. Na Antiguidade principalmente na Grécia Antiga, a pessoa com deficiência não tinha direito à vida e as que sobreviviam eram vistas como incapazes, pois contrariavam os padrões de força e estética considerados ideais para época e perspectiva de atuação na sociedade.

Na sociedade romana, os nobres e os plebeus tinham total consentimento para sacrificar os filhos que nasciam com alguma deficiência, da mesma forma

ocorria em Esparta tanto para os recém-nascidos como as crianças que adquiriam no decorrer da vida, tinham suas vidas ceifadas, pois predominava a ideia de que as pessoas teriam que ser fortes o suficiente para defender seus territórios, fazendo parte dos exércitos.

Na era cristã as pessoas com deficiência começam a ser percebidas e ajudadas principalmente pelos conventos e igrejas, mas mesmo tendo os cuidados dessas instituições ainda permaneciam exclusas do convívio social.

Com a Idade Média ainda sob os cuidados da igreja, os deficientes ainda eram vistos e tratados como seres anormais, e marcados pelo misticismo, época de grande precariedade da vida e da saúde das pessoas, contribuindo com o aumento do nascimento de crianças com deficiência. A diminuição do extermínio contribuía com o aumento de nascimento de crianças com deficiência.

Entretanto, a mesma igreja que as acolhia as condenava como anormais, sendo aqueles com deficiência física acusados de ser a expiação dos pecados de seus pais, consequência da ira divina, assim também as famílias eram discriminadas e prejudgadas por merecerem castigo divino e como os deficientes mentais as mesmas eram acusadas como possuídos por demônios. (MAZZOTA, 2011 p.15).

Crianças com diferentes tipos de dificuldades sempre existiram em nossa sociedade. Muitas não tinham acessibilidade a uma escola pelo grau da deficiência, já outras que tinham um grau moderado chegavam a ingressar em escolas, mas eram taxadas de vários nomes. “Os livros de registros da época utilizam termos como ‘tonto’, ‘idiota’ e ‘fraco’ para descrever as crianças que consideravam ter dificuldades” (WISE, 2003, p.13). Mazzotta (2011, p. 16) ressalta que:

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo ‘parecidos com Deus’, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana.

No século XVI, são dados passos importantes para a visibilidade da pessoa com deficiência. O surgimento da filosofia humanista provocou grandes conquistas para essas pessoas que começam a ser vistas com um olhar mais humano. Os séculos XVI e XVII são construídos lugares específicos de atendimento para as

peças com deficiência, com um melhor atendimento na saúde. Dá-se início aos estudos relacionados a especificidades de cada deficiência.

No século XX, os avanços continuam com um olhar mais cuidadoso com as crianças, os meios tecnológicos ganham força promovendo avanços científicos e a sociedade começa a se organizar melhor para atender as pessoas com deficiência.

Na atualidade a inclusão, é o genuíno desafio de incluir os alunos com deficiência a uma sala regular, onde através de uma rede de apoio, com o esforço de todos buscam-se alternativas pedagógicas e uso de recursos tecnológicos para potencializar o processo ensino/aprendizagem e promover o desenvolvimento global do aluno.

Para Aranha (2000, p. 02), “o principal valor que permeia a ideia de inclusão é o configurado no princípio da igualdade, pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa: a diversidade requer a peculiaridade de tratamentos, para que não se transforme em desigualdade social”. Enquanto sociedade cabe a cada um fazer com que os direitos conquistados se concretizem em todas as esferas, a começar pela educação porque esta é o exercício primeiro da cidadania, somente a partir deste exercício se torna possível acessar todos os demais.

Incluir a partir da educação é um grande desafio, pois é necessário ir bem além dos paradigmas impostos pela sociedade, ainda mais quando se trata de pessoas com deficiência na escola regular. Entretanto a exclusão não é vivida apenas pelo aluno com deficiência, mas por muitos outros que não se enquadram no padrão idealizado pela escola, assim a exclusão tem sido uma prática velada no contexto escolar, mas que no ambiente escolar deveria ser um espaço para se promover inclusão e a partir dela criar uma sociedade menos discriminatória.

De acordo com Oliveira (2003, p. 33) “inclusão pode ser entendida como um princípio filosófico que preconiza a convivência com a diversidade, pressupondo que as diferenças são constituintes do ser humano e caracterizam-se como a maior riqueza da vida em sociedade”.

É neste contexto que buscamos abordar a educação inclusiva, onde todos têm suas diferenças, e especificamente em sala de aula. Ela busca a inclusão para todos, com garantia de aprendizagem e participação no contexto escolar. Segue algumas perguntas do questionário aplicado.

Perguntamos aos professores participantes como a sua escola realizava o processo de inclusão?

(01) Professora 01: Eu acho que a escola superprotege os que têm dificuldade, ao invés de incluir eles, fazer eles se desenvolvam junto com os outros, a escola superprotege, daí ficam tudo em cima paparicando, que nem esses deficientes auditivos, ai fica naquela superproteção. No dia do conselho de classe mesmo quem decidiu tudo foi às professoras da sala de recursos e os interpretes, não foi o professor que deu aula, o professor não faz diferença na vida desses alunos, por mim não teria passado o aluno, mas eles acharam que não, como o outro aluno ia passar ele deveria passar também, então não vejo diferença.

Observamos na fala do professor da sala comum certa dificuldade em avaliar o desenvolvimento da criança surdo e desejo de reprová-lo. Para evitar isso o professor da sala de recurso e do interprete tomou partido em favor da criança e defendem sua aprovação. Isso faz com que o professor se sinta preferido em relação ao referidos profissionais. Nos mostra também que não há uma boa relação entre o professor da sala comum, e a professora da sala especial e o interprete.

Questionamos os participantes sobre o que pensam sobre a inclusão dos alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades. Uma professora afirma que para trabalhar com a diversidade humana que se apresenta na sala de aula hoje é preciso maior investimento e melhor qualificação do professor:

(02) Professora 02: Precisa de maior qualificação, me sinto muitas vezes despreparada, muitas das vezes os alunos são colocados na sala e não sabemos o que fazer.

A garantia de acesso, permanência e um ensino de qualidade ainda são direitos a serem conquistados. Estes direitos, só serão garantidos quando todas as crianças, jovens e adultos forem considerados em suas singularidades e identidade sem distinção de etnia, idade ou gênero. É importante considerar que nem sempre

as legislações são pensadas de acordo com a realidade da escola, muitas vezes estão em caminhos opostos, de acordo com Fonseca Pimenta (2012).

Perguntamos se os professores se sentiam preparados para trabalhar com a diversidade?

(03) Professora 03: Com algumas deficiências a gente percebe que eles se sentem preparados, mas com a diversidade em sala de aula a gente percebe a dificuldade, pois às vezes inicia o ano com um aluno com dificuldade, depois percebe-se ao longo do ano outros alunos com mais dificuldade, ai só para um professor é difícil. O professor se sente muito sozinho em relação à família que muitas das vezes pensam que só a escola vai dar conta de tudo, às vezes a criança precisa de uma medicação, não é dado corretamente pela família, precisa de um fonoaudiólogo, fisioterapeuta ou um psicólogo a família não vai atrás, ai o professor acaba se sobrecarregando em sala de aula, por que faz papel de todos esses profissionais em sala, o psicólogo vai atender um por vez, o professor? São 26 para serem atendidos, mas o professor faz seu papel e sempre tenta fazer um pouco mais e acaba fazendo.

A escola está cada vez mais, sobrecarregada e assumido funções, que seriam da família, como aponta Gadotti (2007), a escola não pode mudar tudo é imprescindível à presença da família nesse processo, quando esta não participa as conquistas ficam bem mais difíceis e limitadas. A educação é dever da família e da escola, o aluno precisa da família na escola participando e defendendo seus direitos, pois se não há participação da família está não tem como cobrar resultados da escola.

Questionamos aos professores quanto ao processo de ensino/aprendizagem, qual metodologia utilizava e se empregavam recursos tecnológicos.

(04) Professora 04: Não usa muita coisa diferente, porque eles também não aceitam que seja usado, muitas coisas diferentes na sala de aula, diferente da sala de recursos, que eles aceitam, na sala não eles querem as mesmas coisas dos outros, se não sentem mal, eles querem igual.

A inclusão escolar é complexa e exige comprometimento por parte de todos e muitas transformações no âmbito da escola principalmente na prática cotidiana. Mudar a cultura excludente da escola é o grande desafio, a transformação da escola para que haja respeito a diversidade e igualdade nas diferenças.

O professor na inclusão é mais que um mediador entre o aluno e o saber ele precisa fazer adaptações a nível de, currículo, dosar o grau de complexidade do conteúdo, usar recursos tecnológicos que possam facilitar o acesso do aluno aos espaços físicos, ao currículo, propor objetivos alcançáveis partindo do nível real de desenvolvimento do aluno, providenciando e utilizando recursos tecnológicos necessários a sua especificidade.

Apesar de o professor ser fruto da chave no processo de inclusão, este não é de responsabilidade apenas dele, mas sim da escola e demais profissionais. A escola deve auto identificar-se diante da política atual de educação, seu projeto político pedagógico deve assumir o compromisso de praticar a inclusão segundo o seu discurso no campo filosófico, político e pedagógico. Enfim a escola deve ser inclusiva, orientados por estes princípios todos os professores e demais envolvidos devem pôr em prática estes preceitos.

Questionamos se os professores tinham especialização em Educação Especial e se participaram de formação continuada nesta área.

(050 Professora 05: Não tenho formação específica, participo às vezes de alguma formação continuada.

Constamos falta de oferta de especialização em nível de pós-graduação Lato Sensu na área de Educação Especial, assim poucos professores que atuam em sala de recurso tem a formação exigida. Para suprir esta demanda a Secretaria Municipal de Educação promove cursos de formação continuada específica para estes, para responder pedagogicamente as necessidades e especificidades de cada deficiência, síndrome ou outra necessidade educativa especial. Também é ofertada área ao professor da sala comum com metodologias mais gerais para promover a inclusão.

5 EXCLUSÃO ESCOLAR

O processo de exclusão acontece a partir do momento em que os sistemas de ensino universalizam o acesso ao ensino, mas ao mesmo tempo excluem aqueles que não estão dentro dos grupos considerados homogeneizados, ou seja, aqueles que não se enquadram no padrão de aluno idealizado pela escola gerando assim, a exclusão que se revela no fracasso e evasão.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social, considerando neste caso, alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e sobretudo, das condições de pobreza em que vivem em todos os seus sentidos. (MANTOAN, 2005, p. 27).

Os efeitos de uma escola excludente é o abandono da escola, a aprovação sem as devidas competências, a negação das diferenças humanas e sociais. Isso pode ser explicado pela ausência de um currículo adaptado ou pensado para estes alunos desde sua elaboração. Um currículo divorciado da realidade do aluno e aquém ou além de suas possibilidades de realização leva ao desinteresse e ao abandono da escola.

O fracasso escolar tem várias causas intrínsecas ao aluno, entretanto o aluno e sua família são apontados como o grande vilão pelos sistemas de ensino, Gadotti (2010, p.279) em seus estudos sobre os excluídos da escola aponta que os alunos “reconheciam que os professores eram mal pagos, não compareciam e que a escola não os tratava com respeito”.

Isso mostra como os alunos se sentem em relação ao professor e a escola, denunciando a falta de diálogo e respeito. O professor não tem motivação para trabalhar e o aluno não tem sentimento de pertença pela escola. Esta por sua vez é enfadonha e obriga o aluno a estar lá, sem o desejo de estar por observar que a escola nada tem a haver com sua vida. Gadotti (2010, p.280) faz uma crítica aos currículos e a avaliação no qual faz ter mais o afastamento desses alunos da escola.

Os nossos currículos ainda apresentam aos nossos alunos um pacote de conhecimentos que eles devem aprender, tenham ou não significado para eles. Eles são avaliados – aprovados ou reprovados – em função da assimilação ou não desse pacote de conhecimentos. Não são avaliados em função do desenvolvimento de sua capacidade de pensar com autonomia,

isso ainda depois de quase um século do aparecimento das teses da escola nova.

Como importante guia para a escola no processo de inclusão se tem o Projeto Político Pedagógico (PPP), que quando bem elaborado e tendo a participação efetiva de todos envolvidos se tem grandes resultados como aponta Veiga (1996, p. 9):

O Projeto Político Pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim com a explicação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimento da comunidade escolar, do contexto social e científico se constituindo em compromisso político coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local. E, portanto, fruto de reflexão e investigação.

Compreende-se que o projeto político pedagógico deve ser elaborado junto com a equipe pedagógica da escola, professores, pais, alunos e comunidade, formando um conjunto de pensamentos e discussões dentro das Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais. Para que possa construir este projeto, é necessário que as escolas e a relevância de sua contribuição, façam autocrítica e busquem uma nova forma de organização do trabalho pedagógico que “reduza os efeitos da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico” (VEIGA, 1996, p. 22).

É necessário que se afirme que a discussão do PPP exige uma reflexão acerca da concepção da educação e sua relação com a sociedade e escola, o que não dispensa uma reflexão sobre a ser formado a cidadania e a consciência crítica.

As adaptações curriculares objetivam dar maiores possibilidades de ajustar o currículo ao aluno. Não propondo outro currículo paralelo privando o aluno de acessar o que é proposto para os demais alunos, mas o mesmo currículo ajustado as necessidades dos educandos. Segundo o MEC (2003, p. 34) as adequações curriculares visam: “o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; quais formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno”.

Essas adequações no Currículo são necessárias para que a criança consiga desenvolver seu potencial, substituindo o tradicional currículo estático inflexível afim

de alcançar não apenas resultados meramente acadêmicos, mas que o aluno consiga se identificar no meio e ampliar as relações sociais.

Para Freire (2003, p. 52) “o papel do professor e da professora é ajudar o aluno e a aluna a descobrir que dentro das dificuldades há um momento de prazer, de alegria”. O professor tem muito a contribuir, o profissional que acredita no que faz e que tenta ajudar na construção do conhecimento faz com que o aluno adquira saber e queira ter sede de aprender cada dia mais.

A escola, e principalmente o professor pode assumir esse papel importante na vida de um aluno com deficiência, para isso é necessário que a escola esteja preparada e com um currículo adaptado às necessidades dos alunos e não ao contrário.

Uma decisão que normalmente é difícil para os pais é quando chega o momento dos filhos com necessidades especiais frequentar a escola, mas segundo Pueschel (2005, p. 179) “Se as crianças tiveram oportunidades de brincar com outras crianças de sua idade, sentirão relativa facilidade de interagir com seus colegas na escola”. Muitas vezes isso ocasiona conflitos emocionais nos pais, por acharem que está deixando seus filhos de lado, isso por conta que na nossa sociedade existe um sentimento ligado à rejeição do filho deficiente.

Dessa forma por conta desse sentimento muitos pais tendem a proteger o filho ao máximo que podem. É necessário que os pais recebam orientações para que entendam que não estão abandonando a criança e sim, trazendo inúmeros benefícios para a criança, pois ela vai ter um grande ganho através da socialização no ambiente escolar.

Para a surpresa de muitos pais, a maioria das crianças se adapta bem a escola, sem maiores problemas. Às vezes, as dificuldades de adaptação se evidenciam na criança que foi pouco exposta ao mundo externo, que foi criada num ambiente familiar excessivamente protegido e que, possivelmente, ficou muito junto à mãe durante os primeiros anos de vida. (PUECHEL, 2005, p. 179).

É necessário que os pais estimulem a criança a ser independente desde pequena, pois assim facilitara no processo de adaptação na escola principalmente nos primeiros anos de escolarização.

É importante que no processo de inclusão da criança no ensino regular não se deixe ir pelo caminho da exclusão, pois por mais que sejam capazes de

corresponderem sempre terão algumas dificuldades que deverão ser trabalhadas aos poucos para se obter resultados significativos.

Assim como a escola e a família é necessário que tenham a compreensão que nem todos os dias a criança vai querer realizar algo que é proposto, ou seja, determinada atividade naquele dia. É importante lembrar que a criança tem o tempo dela, dessa forma não deve ser pressionada, tem dias que vai realizar com sucesso outros não. Para isso a avaliação não deve ser algo inflexível, ela tem que ser algo conquistado diariamente, os progressos devem ser analisados do início do ingresso dessa criança na escola, como ela se portava antes e o agora o que consegue realizar.

6 CONCLUSÃO

A partir da caminhada de diálogo com vários autores e a realidade observada, conclui-se que a educação inclusiva consiste em um grande desafio, o de verdadeiramente incluir, onde este processo não pode acontecer de forma isolada. Para que a escola seja um espaço verdadeiramente inclusivo e acolhedor se faz necessário políticas públicas que acompanhem as novas necessidades que surgem todos os dias, com profissionais que realmente estejam dispostos a mudar esses paradigmas, para isso são necessários grandes reflexões dos afazeres pedagógicos.

Sabemos que para a educação é um grande desafio, tornar a escola atrativa e fazer com que essa criança não tenha somente o acesso a ela, mas garantir a permanência e principalmente a aprendizagem. Verificou-se através das falas dos professores e nas observações o quanto esse profissional se sente impotente, pois infelizmente enfrenta uma realidade onde o número de crianças em sala não colabora com o processo de inclusão bem como um currículo que é aquém a realidade vivenciada no sistema público de ensino.

A inclusão é uma caminhada cotidiana, não é tarefa de apenas um dia, mas uma construção constante e evolutiva de mudança de paradigmas conservadores impostos durante décadas, que necessita de concepções mais condizentes com as necessidades e realidade do mundo contemporâneo. Isso envolve superar modelos

e cultura da escola em relação à diversidade sociocultural e diferenças encarnadas nos sujeitos da escola a considerar os professores, as crianças e suas famílias.

Respondendo ao que propomos saber, qual a relação entre o ideário da política de educação inclusiva e a realidade observada em uma escola da rede municipal de Sinop, podemos dizer que há um esforço da gestão, de professores da sala comum e principalmente dos professores da sala de recursos em promover a educação inclusiva, embora alguns professores não compreendam ainda o verdadeiro sentido da educação inclusiva. O ideal seria a perfeição embora é possível observar que a realidade é a concretude das condições humanas estruturais reais frente a educação.

INCLUSIVE EDUCATION BETWEEN THE IDEAL AND THE REAL: Study case in a school from Municipal School System of Sinop

ABSTRACT²

This article presents a study case carried out in an institution of regular primary school. The study aimed to analyze the process of including students with disability, pervasive developmental disorders and great skills/intellectual giftedness in a school in Municipal School System of Sinop. The subjects of this research were three teachers from regular classroom, a coordinator and a teacher from resource classroom. It was possible to verify that, in order to become inclusive, a school needs professionals that are willing to take part in changes and trainings that propitiate a critical reflection, but besides it, look mainly for helping each of those people who is marked for exclusion and failure at school.

Keywords: Inclusion. Disability. Regular education.

REFERÊNCIAS

²Resumo traduzido por Vinícius Dallagnol Reis, Graduado em Letras pela Faculdade de Educação e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, *Campus* universitário de Sinop, Professor de Cursinho (PPE).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Adaptações Curriculares de Pequeno Porte**. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000448.pdf>>. Acesso em: 20/07/2016.

ENTREVISTADO 1. **Entrevistado 1:** Depoimento. [20 jul. 2016]. Entrevistador: Tuane Lima Machado. Sinop, MT, 2016. Gravação digital (20min 45seg). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Inclusão no ensino regular.

ENTREVISTADO 2. **Entrevistado 2:** Depoimento. [20 jul. 2016]. Entrevistador: Tuane Lima Machado. Sinop, MT, 2016. Gravação digital (13min 20seg). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Inclusão no ensino regular.

ENTREVISTADO 3. **Entrevistado 3:** Depoimento. [21 jul. 2016]. Entrevistador: Tuane Lima Machado. Sinop, MT, 2016. Gravação digital (20min 45seg). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Inclusão no ensino regular.

ENTREVISTADO 4. **Entrevistado 4:** Depoimento. [20 jul. 2016]. Entrevistador: Tuane Lima Machado. Sinop, MT, 2016. Gravação digital (5min 20seg). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Inclusão no ensino regular.

ENTREVISTADO 5. **Entrevistado 5:** Depoimento. [20 jul. 2016]. Entrevistador: Tuane Lima Machado. Sinop, MT, 2016. Gravação digital (30min 45seg). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Inclusão no ensino regular.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Professora sim tia não**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

FONSECA J. A. L. PIMENTA, R. W. Chegada dos desiguais à escola: novas formas de inclusão/exclusão, **XII ANDEP SUL** – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, UNISINOS, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo. Editora Cortez, 2010.

PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de down: Guia para pais e educadores**. 9. ed. São Paulo: Papyrus, 2005.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo. Editora Atlas S.A, 1987.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 17. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

Correspondência:

Tuane Lima Machado. Graduanda em Pedagogia pela Universidade do estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop Mato Grosso, Brasil. E-mail: tuanelima16@hotmail.com

Recebido em: 22 de novembro de 2016.

Aprovado em: 26 de novembro de 2016.